

Captura Críptica

O KEYNESIANISMO MILITAR DOS EUA ENTRE O *WELFARE STATE* E O NEOLIBERALISMO: UMA CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA A PARTIR DA FUNÇÃO ECONÔMICA DO MILITARISMO

*US MILITARY KEYNESIANISM BETWEEN WELFARE STATE AND NEOLIBERALISM: A
CRITICAL CONTRIBUTION FROM THE ECONOMIC FUNCTION OF MILITARISM*

Rafael Silva dos Santos¹

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail:
adv.rafaelss@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2891-1004>.

Elias Menta Macedo²

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: elias@menta.com.br. ORCID:
<https://orcid.org/0000-0002-0176-3398>.

Artigo recebido em 08/10/2022.

Aceito em 10/11/2022.

**Captura Críptica: direito, política, atualidade. Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 220-244, 2022.
ISBN: 1984-6096**

¹ Ex-sargento de infantaria do Exército brasileiro, advogado, professor, Bacharel em Direito e Mestre em Direitos Humanos e Inovação pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais.

² Advogado, professor, bacharel em direito e mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás.



O KEYNESIANISMO MILITAR DOS EUA ENTRE O *WELFARE STATE* E O NEOLIBERALISMO: UMA CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA A PARTIR DA FUNÇÃO ECONÔMICA DO MILITARISMO

US MILITARY KEYNESIANISM BETWEEN WELFARE STATE AND NEOLIBERALISM: A CRITICAL CONTRIBUTION FROM THE ECONOMIC FUNCTION OF MILITARISM

Resumo: Transcender o nível da inteligência que captura somente aquilo que está circunscrito ao plano mais superficial das aparências e mergulhar nas camadas mais profundas das determinações da realidade não é tarefa que se põe como mera opção, sendo, de outro modo, um dever que a ciência deve perseguir com todo o seu vigor. O aumento dos gastos militares e sua participação decisiva na economia estadunidense é um fenômeno que escapou a muitos autores e a muitas análises politicistas que não foram capazes de capturar a dinâmica de atuação dos gastos militares e o seu comportamento frente ao *welfare state* ou ao neoliberalismo. A insuficiência das análises que reduzem as explicações para o aumento dos gastos militares a mera disputa por hegemonia imperialista, conduzem a erros e imprecisões, que atacam o alvo errado da questão. A tarefa que se põe nesse texto é apresentar uma contribuição crítica ao que foi o *welfare state* e o neoliberalismo a partir do papel desempenhado pelo militarismo em sua função econômica. Ao enfrentar o objeto de pesquisa, optamos pela revisão da literatura com a utilização de dados oficiais.

Palavras-chave: keynesianismo militar; complexo industrial-militar; armamento; *welfare state*; neoliberalismo.

Abstract: Transcending the level of intellection that captures only what is circumscribed to the most superficial plane of appearances and delving into the deepest layers of the determinations of reality is not a task that is presented as a mere option, being, otherwise, a duty that science owes pursue with all its might. The increase in military spending and its decisive participation in the US economy is a phenomenon that has escaped many authors and many politician analyzes that have not been able to capture the dynamics of military spending and its behavior in the face of the welfare state or neoliberalism. The insufficiency of analyzes that reduce the explanations for the increase in military spending to a mere dispute for imperialist hegemony, lead to errors and inaccuracies, which attack the wrong target of the issue. The task set in this text is to present a critical contribution to what was the welfare state and neoliberalism based on the role played by militarism in its economic function. When facing the research object, we chose to review the literature using official data.

Keywords: Military Keynesianism; military-industrial complex; armament; welfare state; neoliberalism.

Introdução

Destrinchando o papel dos gastos militares nos Estados Unidos, será exposto que sua função na acumulação de capitais está para além de um mero instrumento de expansão imperialista pela força. Desde o pós-guerra, uma das principais formas de o governo norte-americano intervir na economia foi por meio dos gastos militares, ensejando, em alguns momentos, o que se denominará aqui de keynesianismo militar. Esta ideia oferecerá um

mergulho capaz de transpassar alguns fenômenos políticos que se encontram na superfície das aparências, e que podem conduzir a distorções na análise dada a sua insuficiência.

O objetivo desse artigo então é apresentar uma contribuição crítica ao que foi o *welfare state* e o neoliberalismo a partir do papel desempenhado pelo militarismo em sua função econômica.

Para perseguir esse objetivo, inicialmente é fundamental expor o que os gastos militares têm de especial em relação a outros tipos de despesas. Para tal, já no tópico 1, será exposto as características do armamento em sua forma mercadoria.

Em seguida, no tópico 2, passa-se ao enfrentamento da dinâmica dos gastos militares durante o período dos “anos dourados”, época em que se ocorreu o que se denomina como o *welfare state* (Estado de bem-estar social), onde teria uma elevação dos gastos sociais. Contudo, conforme será exposto, essa análise costuma negligenciar o papel dos gastos com armas.

No tópico 3 será exposto o período de crise do *welfare state*, a transição para o neoliberalismo e o papel desempenhado pelos gastos militares neste contexto.

Esse itinerário de exposição foi escolhido posto que, para compreender a dinâmica do keynesianismo militar, é fundamental identificar as peculiaridades do armamento enquanto uma mercadoria e as implicações econômicas disso. Assim então passou-se à exposição de cada momento histórico em suas especificidades, apresentadas em uma ordem cronológica para facilitar a compreensão do encadeamento dos eventos.

Quanto à metodologia, partindo-se do materialismo histórico, entende-se que apenas a partir do enfrentamento do objeto é que se pode encontrar o instrumental adequado para desbravá-lo. Isto posto, não houve um método definido *a priori*. Cabe dizer que o delineamento dos objetivos a serem perseguidos se deram a partir da progressiva aproximação da realidade.

Para tal aproximação, utilizou-se da revisão bibliográfica a partir de autores como Harman (1984), que apontará no sentido de que o complexo industrial-militar (CIM) foi o principal agente a frear a tendência à queda da taxa de lucros durante os anos dourados, prolongando, desta forma, esta fase dourada do capital. Lança-se a proposta de retomar as descobertas de Kidron (1967), aprofundadas posteriormente por Gilson Dantas (2009), a respeito da força destrutiva de capitais da indústria bélica que, para ele, teria se “*tornado o setor que cumprirá a função de destruir forças produtivas, valores e alavancar “crescimento econômico”, como condição “normal” e cotidiana do sistema*” (DANTAS, 2005, p. 12, grifo nosso).

O conceito de armamentismo permanente de Mandel (1982) e os dados encontrados por sua pesquisa também foram de extrema importância para compreender a dinâmica dos gastos militares. Piketty (2014) e sua pesquisa foram importantes para identificar o histórico da tributação em algumas potências imperialistas. Banco de dados como os fornecidos pela NSF (*National Science Foundation*), o site da Casa Branca, o SIPRI (Instituto Internacional de Pesquisas de Paz de Estocolmo), também foram de importância fundamental para a pesquisa. Além disso Harvey (2004 e 2008) também foi um autor importante para apresentar suas contribuições e também os seus limites.

O presente texto é fruto de uma pesquisa de maior fôlego apresentada por este autor na obra “Complexo Militar-industrial e Tecnologia: a inflexão da pesquisa científico-militar estadunidense como gestante da inovação tecnológica após os chamados anos dourados”. Partindo-se desse livro, analisou-se alguns dados para se fazer inferências no caminho da elaboração de uma crítica ao *welfare state* e ao neoliberalismo a partir da função econômica do militarismo nos Estados Unidos, e então apresentar como a produção de armamentos se revelou enquanto uma força destrutiva capaz de atuar em meio as contrições da reprodução capitalista.

1 O armamento na sua forma mercadoria.

Ultrapassar o fenômeno político e vasculhar minuciosamente o momento preponderante das relações sociais, que se encontra nos fatores econômicos, articulando categorias postas na totalidade complexa do movimento real, é um árduo dever que se impõe para os objetivos dessa pesquisa. Isto posto, para se entender o que foi a passagem do *welfare state* para o neoliberalismo, é necessário trazer ao debate as determinações atuantes na realidade, e a existência de um keynesianismo militar que escapou na análise de muitos autores. Contudo, antes de expor o que é o keynesianismo militar, é imprescindível apresentar o seu fundamento que está na peculiaridade do armamento em sua forma de mercadoria.

Os armamentos, que também serão chamados aqui como bens de destruição, são mercadorias que não retornam à esfera de reprodução social, ou seja, que não integraram a massa salarial da classe trabalhadora. Esta nomenclatura “bens de destruição” acumula um duplo sentido. Por um lado, trata-se de uma espécie de mercadoria que em pleno gozo de suas funções atuará na destruição física de capitais (por meio da guerra), algo que está explícito nas aparências e por isso não será objeto de maiores dilações neste trabalho. Por outro, refere-se a uma mercadoria que, por não retornar a esfera de reprodução social, gerará um aumento da

extração de mais valor sem, contudo, incidir em um aumento dos salários reais. A produção de armas gerará este efeito pois, como bem demonstrou Marx “*nos ramos de produção que não fornecem nem meios de subsistência nem meios de produção para fabricá-los, a força produtiva aumentada deixa intocado o valor da força de trabalho*” (MARX, 2013, 485). Portanto, esta é uma função fundamental do armamento na ordem do capital, qual seja: gerar maior produtividade sem aumentar o valor da força de trabalho.

Ora, este efeito gerou debates entre pensadores marxistas, ao longo do século XX, a respeito de uma possível capacidade do departamento III (parte-se das lições de Mandel, 1972)³ para solucionar a problemática da realização de mercadorias no capitalismo. Quanto a isso, é imperioso lembrar que o processo metabólico do capital consiste basicamente na valorização do valor. Por não haver uma devida compreensão desta dinâmica, uma parcela dos economistas questionara se os valores empregados em armas são fruto de uma drenagem de salários ou do mais valor (os valores obtidos pelos capitalistas no processo de produção). O erro desta análise se põe quando não se compreende que estas categorias não atuam de modo independente no movimento real. Se o valor investido no departamento III é fruto dos tributos extorquidos pelo Estado junto aos capitalistas – ou seja, do mais valor gerado na produção – tal ato incidirá no aumento do valor de troca dos bens de consumo e, por consequência, também atuará na redução dos salários reais da classe trabalhadora da mesma maneira, logo, não terá grande relevância se os valores são retirados diretamente dos salários ou do mais-valor.

De forma bem direta, em vista do espaço que se tem aqui neste breve texto, expõe-se a polêmica entre dois importantes autores que investigaram a função econômica dos armamentos durante os anos dourados. Para Michael Kidron é possível que o departamento III freie a queda da taxa de lucros por meio da noção de “vazamento”, “*que poderia, em princípio, isolar a compulsão de crescimento de suas consequências mais importantes*” (KIDRON, p. 33 *apud* MANDEL, 1982, p. 202-203, grifo nosso). Mandel (1982), por sua vez, dirá que quando Kidron aplica a noção de “vazamento” aos armamentos, *está evidentemente confundindo o processo de*

³ “Precisamos investigar agora os efeitos desses enormes gastos militares sobre o desenvolvimento da economia capitalista tardia como um todo. Talvez o método mais seguro seja analisar a dinâmica das mais importantes contradições internas, ou dificuldades de desenvolvimento do modo de produção capitalista, à luz de um orçamento militar permanente e vultoso. Para isso é necessário transformar o esquema de reprodução de Marx, que opera com dois setores - Departamento I: meios de produção; Departamento II: bens de consumo - num esquema com três setores, acrescentando a esses dois Departamentos um terceiro, que produz os meios de destruição. Fazemos essa distinção porque o Departamento III, ao contrário dos Departamentos I e II, produz mercadorias que não entram no processo de reprodução dos elementos materiais da produção (substituindo e ampliando os meios de produção e a força de trabalho consumidos) e também porque não são intercambiáveis com esses elementos, como acontece, por exemplo, com as mercadorias de consumo absorvidas improdutivamente pela classe capitalista e por aqueles que a servem”. (MANDEL, 1982, p. 195).

produção com o de reprodução (MANDEL, 1982, p. 203, grifo nosso). Na verdade, parece-nos que Kidron não está errado. O fato de o armamento ser uma mercadoria que não retorna à esfera de reprodução social gerará impactos sobre a massa salarial da classe trabalhadora como já fora destacado aqui. Nesse sentido, Dantas (2005) destaca que:

Evidentemente está sendo entendido aqui que o financiamento, pelo Estado, para aquele setor do grande capital, para que ele produza bens de destruição, que não entram diretamente na reprodução material do capitalismo, corresponde a desvio de forças produtivas para fora do sistema. Os departamentos I e II da economia alimentam em meios de produção e em bens de consumo ao setor da produção militar (qualificado por alguns como departamento III), cuja produção, ela mesma, não pode ser comprada por nenhum dos três setores; ela é comprada pelo Estado e sai do ciclo da reprodução do capital social, converte-se em forças destrutivas. (DANTAS, 2005, p. 10)

Isto não significa que a indústria bélica seja o eldorado das contratendências do capital, capaz de gerar oferta indefinidamente sem causar problemas com a demanda. O limite do impacto econômico dos gastos com armamentos será o limite posto pelas próprias leis de acumulação do capital.

Ocorre que os gastos com armas se referem a um consumo destrutivo, uma vez que atua no direcionamento do excedente econômico para fora do sistema de reprodução. Como se viu, isso faz com que se mantenha intocado o valor da força de trabalho num primeiro momento.

Um exemplo de como atua tal consumo destrutivo pode ser observado ao se analisar a baixa capacidade de geração de empregos do CIM frente aos demais setores da economia que entregam bens e serviços que compõem a reprodução da classe trabalhadora, como se depreende a seguir:

O estudo *Cost of War* da *Brown University* demonstrou que os gastos com defesa produzem menos empregos do que qualquer outra coisa em que se empregue o dinheiro público. Os gastos com energia limpa e assistência médica, por exemplo, criam 50% mais empregos do que o montante equivalente em gastos com militares. Os gastos com educação criam mais que o dobro de empregos. O estudo concluirá que se, ao longo dos anos 2001-2019, os EUA não estivessem em guerra, e canalizassem recursos para expandir o setor de energia limpa, ampliar a cobertura de assistência médica e aumentar as oportunidades educacionais, teriam sido criados entre 1,4 e 3 milhões de empregos a mais, reduzindo significativamente o desemprego. Apontando na mesma direção, um relatório do Instituto de Pesquisa de Economia Política da Universidade de Massachusetts, em Amherst, concluiu que para cada US\$ 1 milhão de gastos em defesa, 6,9 empregos são criados diretamente nas indústrias de defesa e na cadeia de suprimentos, enquanto que a mesma quantia aplicada nos campos de energia eólica ou solar conduz a criação de 8,4 e 9,5 empregos, respectivamente. Já o setor de educação produz 19,2 empregos no ensino primário e secundário, e 11,2 empregos no superior. No entanto, o governo dá mais dólares do contribuinte para a indústria de defesa do que todas essas outras funções do governo somadas (SANTOS, 2021, p. 63-64).

Veja que o CIM recebe muito mais investimentos, mesmo gerando menos empregos. Ocorre que além de o armamentismo ser uma necessidade para a imposição imperialista, uma das razões que torna tais investimentos tão vultuosos possível é justamente em função das características da arma em sua forma mercadoria, e os impactos disso na economia do *welfare state* dos EUA e no neoliberalismo de Ronald Reagan serão analisados nos tópicos a seguir.

O fato é que o aumento da produção sem gerar um aumento dos salários gerará um rebaixamento do poder de compra da classe trabalhadora no momento seguinte e, como se viu, de um modo ou de outro, os gastos em bens de destruição (o departamento III) são repassados aos trabalhadores e trabalhadoras. Isso faz que se evite um agravamento drástico de problemas com superprodução, atenuando a queda das taxas de lucro ao passo que aprofunda o pauperismo⁴.

Por esse motivo, as armas só poderão cumprir esta função econômica mediante a produção de excedente, sob o risco de agravar o pauperismo a ponto de prejudicar a realização de mercadorias. Daí decorre uma tendência dos gastos militares de se comportarem tal como um movimento caudatário em relação às taxas de lucro como veremos no tópico 4. Portanto, a realocação do excedente (dos bens de consumo e de produção para os bens de destruição), o consumo não produtivo (gastos em bens de destruição) e o pauperismo (o rebaixamento do valor da força de trabalho), são as múltiplas facetas de uma mesma realidade.

2 O keynesianismo militar dos anos dourados nos EUA.

Com o fim da segunda guerra mundial e o início da guerra fria, inicia-se a conhecida corrida armamentista, que guarda profundas relações com a acumulação de capitais e disputa por hegemonia política entre União Soviética e Estados Unidos, como bem destaca Mandel (1982):

o crescimento da economia armamentista permanente depois da Segunda Guerra Mundial também desempenhou, entre outras, a função muito especial de proteger o vasto capital norte-americano investido no exterior, de salvaguardar o “mundo livre” para o “livre investimento de capital” e para a “livre repatriação dos lucros”, e de garantir ao capital monopolista norte-americano o “livre” acesso a uma série de matérias-primas vitais. Em 1957, o presidente da Texaco disse francamente que, segundo o seu ponto de vista, a tarefa básica do Governo norte-americano era criar “condições financeiras e políticas, tanto nos Estados Unidos quanto no exterior, que facilitem os investimentos externos”. (MANDEL, 1982, p. 217)

⁴ Isto está melhor demonstrado na obra de SANTOS (2021).

É fato que o complexo industrial-militar (CIM) estadunidense era praticamente inexistente durante todo o século XIX e tinha uma participação secundária antes da primeira metade do século XX. Destaca-se picos nos gastos militares durante a guerra civil-americana (1861-1865) e durante a primeira guerra mundial, sendo que tais gastos eram mínimos nos períodos de paz. Este cenário muda no pós-segunda guerra mundial (2ª GM). Mesmo após o término da guerra, os gastos militares continuaram elevados⁵, o que não é explicado somente em razão da disputa por hegemonia com a União Soviética e a necessidade pela expansão geográfica dos mercados (fenômeno bem mais tratado pela literatura do que o que ora se propõe aqui). Reduzir a análise apenas a este ponto a eivaria de politicismo⁶, uma hipostasia da esfera da política ao se analisar o movimento real. Por isso, pretende-se contribuir para o debate trazendo à baila uma determinação pouco observada, que se refere à função econômica do militarismo, algo que está na raiz das questões postas na realidade.

Para que se passe então a enfrentar o debate tomando suas questões pela raiz, o primeiro fator a ser destacado é que está se falando de um período, pós 2ª GM, de retomada do crescimento das taxas de lucro, o que não se via desde os anos 1920. A destruição física de capitais em razão da guerra possibilitou um novo horizonte para a expansão, tal como já havia o feito na 1ª GM. É neste cenário que o complexo industrial-militar (CIM), bem como o militarismo que lhe dá forma, tornam-se parte importante do metabolismo do capital, cumprindo uma função econômica que extravasa a sua mera instrumentalidade impositiva no exercício da hegemonia em uma disputa imperialista. Nesse sentido, Harman pontuou que

even with reconversion to a 'peace economy' and disarmament in the early post war years, war outlays never fell back to the pre-1939 figure. In 1948 they were 4.6 per cent of the national product (and 9.8 per cent if indirect outlays were taken into account). Expenditure on war in peacetime had quadrupled. And the onset of the Cold War soon meant they were soaring up again, to reach 14.4 percent in 1951 (21.1 per cent if indirect outlays were taken into account). (HARMAN, 1984, p. 79)

O que deve ser ressaltado é que os anos de 1951 a 1953 foram marcados por um alto gasto militar em virtude da Guerra da Coreia. Contudo, mesmo após este evento, os gastos

⁵ DANTAS, Gilson. O setor bélico norte-americano em sua condição de estímulo econômico: algumas notas para um debate contemporâneo. 2005. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAI%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT3/gt3m4c4.pdf>>.

⁶ De acordo com Chasin (2000), “o politicismo arma uma política avessa, ou incapaz de levar em consideração os imperativos sociais e as determinantes econômicas. Expulsa a economia da política ou, no mínimo, torna o processo econômico meramente paralelo ou derivado do andamento político, sem nunca considerá-los em seus contínuos e indissolúveis entrelaçamentos reais, e jamais admitindo o caráter ontologicamente fundante e matrizador do econômico em relação ao político. Trata-se, está claro, de um passo ideológico de raiz liberal”. (CHASIN, 2000, p. 59-78).

militares norte-americanos permaneceram em aproximados 10% do PIB até 1963. Estes valores nunca foram vistos antes na história do capitalismo em tempos de paz. Para se ter noção, a Inglaterra no auge de sua hegemonia no século XIX destinava menos de 3% do seu PIB para fins militares.

Imagem 1: Despesa militar da Inglaterra em relação ao PIB (%)



Dados obtidos⁷ – gráfico elaborado pelo autor

É amplo o consenso de que a política de intervencionismo estatal, típica do pensamento keynesiano, teria freado a tendência à queda das taxas de lucros. Quando se fala em keynesianismo, imagina-se que há uma elevação na tributação, que se reverteria em um *welfare state*, um estado de bem-estar social para a classe trabalhadora. Contudo, isso não é bem o que ocorreu nos Estados Unidos. Harman indica que o

keynesianism may have been the ideology of the post war period - but for a long time it was an ideology divorced from practice. As Megan Desai has noted: 'In the USA Keynesian policies were slow to be officially adopted... They finally triumphed with the Kennedy-Johnson tax cut of 1964'. That was after the Great Boom had already lasted 15 years (25 years if you exclude the short-lived and shallow recession of the late 1940s). (HARMAN, 1984, p. 82)

Pode não se ter a necessidade de elevação de tributos em razão da pulsante economia estadunidense no período, mas os altos gastos em armas são inegáveis. Nesse passo, deve-se destacar que o emprego de dinheiro público em gastos militares nem era uma alternativa tão inovadora. A Alemanha do Terceiro Reich conhecia muito bem os benefícios da militarização da economia:

⁷ Disponível em:
https://www.ukpublicspending.co.uk/download_multi_year_1800_1910UKp_17c1li011mcn_31tF1t

Em 1929, o mundo se depara com a grande crise de superprodução que explicita as contradições do sistema a um ponto nunca antes observado. A solução para ela não estava nas teorias Keynesianas já formuladas, muito menos estava nos EUA com o fordismo, ou em qualquer inovação na técnica produtiva; a questão era o que se produzia. A resposta para a crise foi dada pela Alemanha de Hitler, pelo milagre econômico pós-1933 e por uma das maiores militarizações da economia que um país já sofreu na história da humanidade, em um espaço de tempo curto. (DAMIANI, 2004, p. 39)

Não se pretende tratar profundamente do chamado “milagre econômico” ocorrido no Terceiro Reich, e nem se quer asseverar aqui que os gastos com armas foram decisivos, mas tão somente indicar como o dispêndio em armamentos e a funcionalidade econômica desse tipo de mercadoria (com todas as suas características como se viu no primeiro tópico) foram um fator indispensável.

Esse mesmo caminho que Harman (1984) trilhará para afirmar que, na verdade, foi o CIM o grande responsável por amenizar os imperativos da lei tendencial à queda da taxa de lucros no pós 2ª GM. Como escreveu o autor,

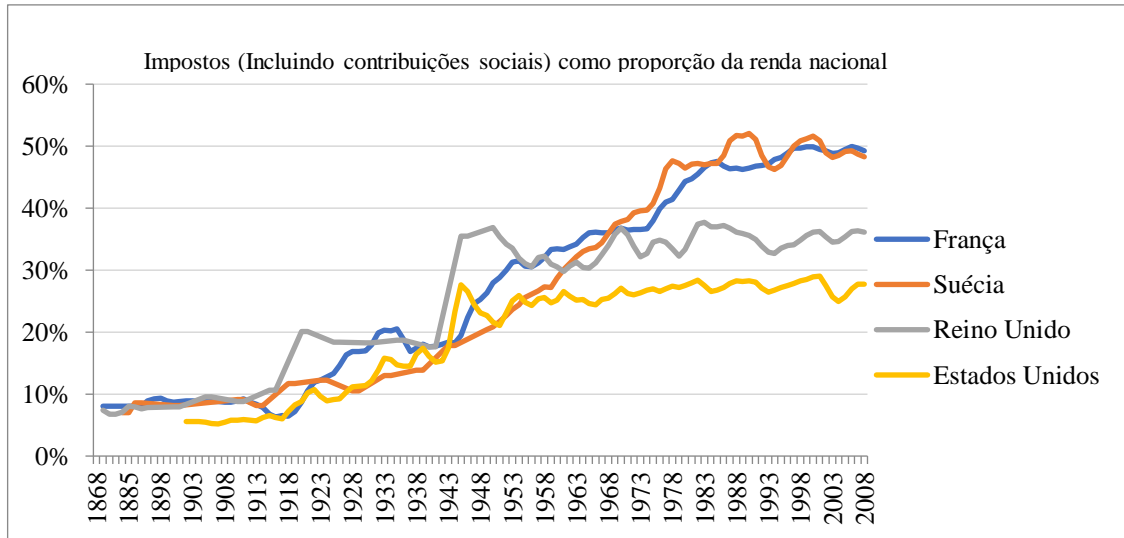
the logic of arms-based economic expansion has escaped many Marxist economists. It is absurd, they argue, to see a deduction by the state from the total surplus value as some how overcoming the tendency for surplus value to grow more slowly than total investment costs, as overcoming the fall in the rate of profit. Rather than admit to that 'absurdity' they have denied the reality of what happened in the quarter of a century after the Second World War. (HARMAN, 1984, p.82-83).

A expansão baseada no desperdício com armas, direcionando forças produtivas para fora da esfera da reprodução social da classe trabalhadora, para fora então do consumo, atuou adiando os problemas da superprodução, atenuando a tendência a queda da taxa de lucros.

Os dados expostos a seguir reforçarão ainda mais a tese de Harman (1985) de que houve uma maior participação do Estado na economia, mas sobretudo a partir dos gastos com armas na economia estadunidense, o que enfraquece a ideia de um estado de bem-estar social durante os assim chamados anos dourados em contraposição ao keynesianismo militar, que caracteriza melhor o que ocorreu no período.

Conforme é possível se observar do gráfico abaixo, que irá expor um aumento considerável da tributação nos países europeus, e nos Estados Unidos uma elevação bem mais tímida apenas no fim dos anos 1960.

IMAGEM 2: Percentual da participação dos tributos sobre a renda nacional



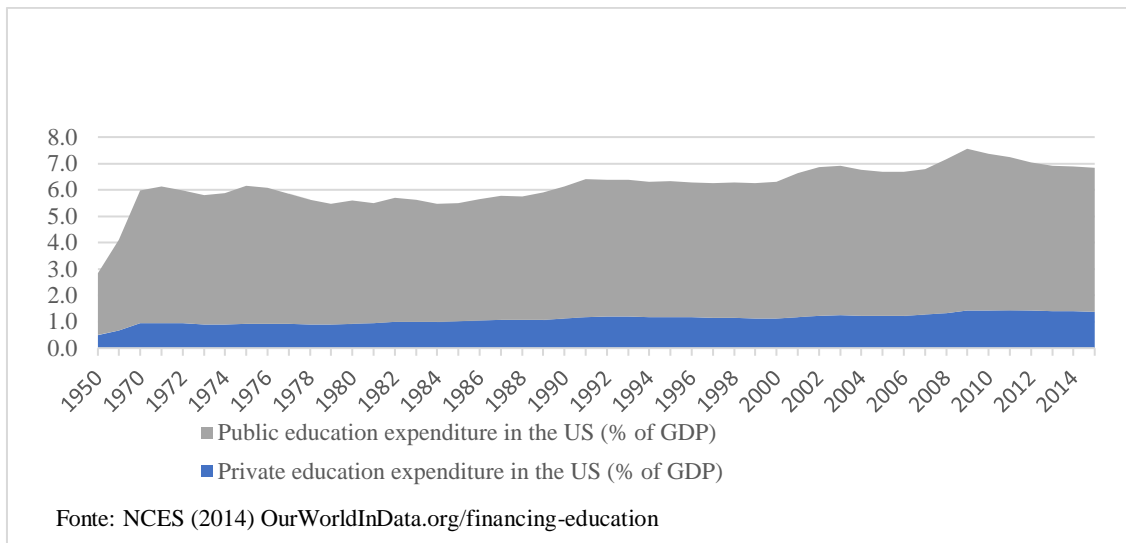
Dados disponíveis em: <<https://ourworldindata.org/taxation>> acessado em 27 nov 2022

O gráfico acima expõe um pequeno crescimento das receitas de impostos nos países mais desenvolvidos a partir do término da Primeira Guerra Mundial (1918). Se nota que é com o fim da Segunda Guerra Mundial (2ª GM), em 1945, que há acréscimo mais acentuado deste tipo de receita estatal. Na Suécia, este acréscimo ocorre de forma menos acentuada e tal situação se explica pelo fato de que a Suécia é o único país em análise que não necessitou engendrar esforços de guerra durante a 2ª GM. Nos EUA e na Inglaterra, por mais que a receita de impostos tenha sofrido uma queda com o fim da guerra, a verdade é que nunca mais retornaram aos patamares anteriores. Todavia, insta frisar novamente que a política tributária estadunidense é bem mais moderada.

Na França e na Suécia o que se observa é uma arrecadação cada vez maior. Posto isto, cabe investigar como esta receita de tributos foi empregada pelo governo da principal potência imperialista do período e objeto da presente análise, os Estados Unidos. Observar-se-á que os gastos militares aumentaram consideravelmente se comparados a outros gastos públicos que teriam o condão de aumentar a qualidade de vida da classe trabalhadora, denotando a existência de um keynesianismo militar de modo bem proeminente naquele período conhecido como anos dourados e de um *welfare state* (Estado de bem-estar social).

Passando à exposição dos dados, observa-se então alguns indicativos referentes aos gastos públicos com serviços básicos como educação e saúde, iniciando-se por aquele.

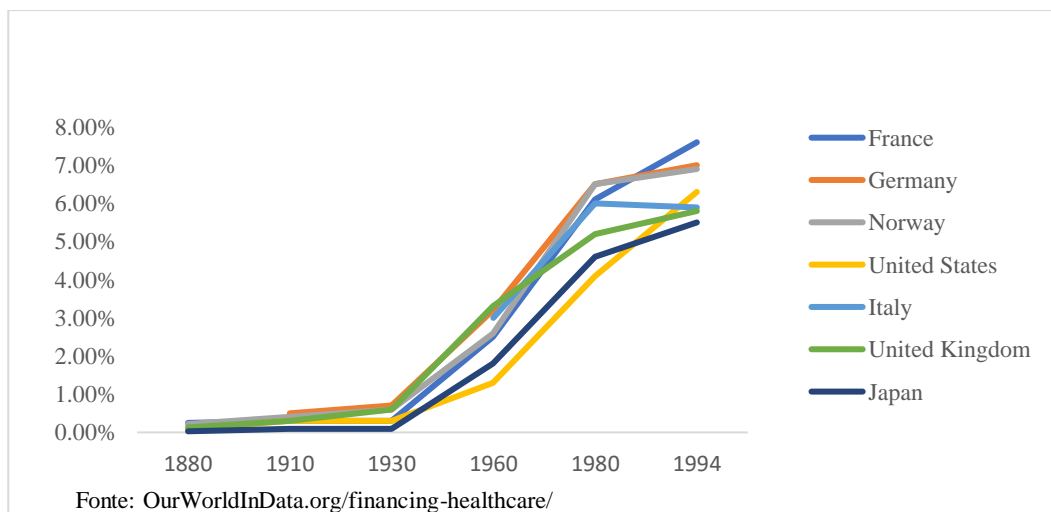
IMAGEM 3: Percentual do PIB em gastos públicos e privados em Educação nos EUA⁸



O gasto público com educação experimenta um crescimento acentuado entre 1950 e 1970, observando-se uma oscilação entre meados dos anos 1970 e 1980. Aponta-se então para um crescimento dos gastos públicos em educação inferior a 3% durante os anos dourados, não chegando a 4% em toda linha histórica apresentada.

No gráfico a seguir, observaremos os gastos do estado com saúde, que corresponde a outro serviço básico oferecido à classe trabalhadora.

IMAGEM 4: Gastos públicos com saúde em percentual do PIB⁹



⁸ Dados disponíveis em: <https://ourworldindata.org/financing-education#when-did-the-provision-of-education-first-become-a-public-policy-priority>

⁹ Dados disponíveis em: <https://ourworldindata.org/financing-healthcare#when-did-the-provision-of-healthcare-first-become-a-public-policy-priority>

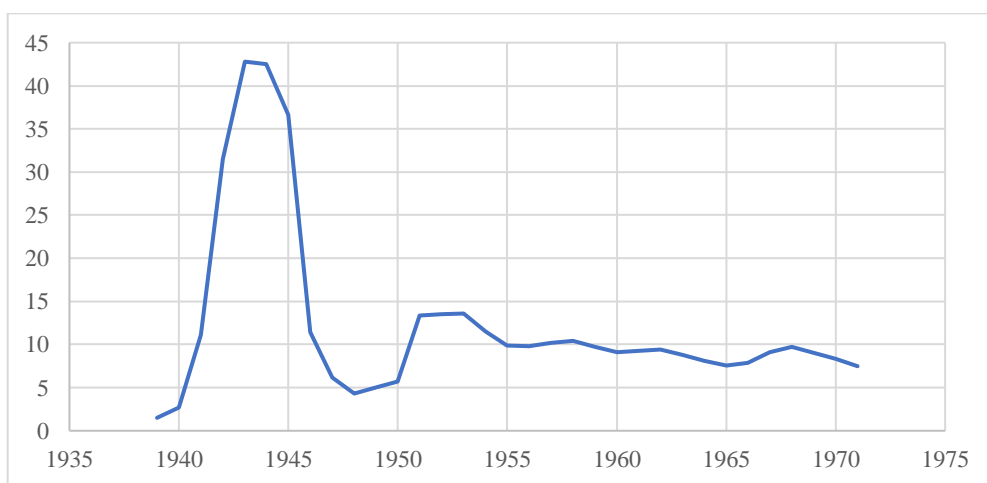
Os gastos públicos com saúde crescem em todos os países de primeiro mundo desde os anos 1930, e a partir dos anos 1960 há um crescimento bastante acentuado deste tipo de gasto público nos referidos países. Nos Estados Unidos, em 1960, este tipo de gasto representava apenas 1,3% do PIB. Insta mencionar que este crescimento oscilou um pouco menos de 5 pontos percentuais em relação ao PIB entre 1960 e 1994.

Portanto, passando a uma análise conjunta dos 3 últimos gráficos (Imagem 2, 3 e 4), comparando-se então a arrecadação de tributos com os gastos em serviços básicos como saúde e educação (serviços necessários para a reprodução da classe trabalhadora), nota-se que, apesar da queda da tributação excessiva decorrente dos chamados “esforços de guerra”, que perdura até o ano de 1950, as receitas estatais oriundas de tributos nunca mais retornaram aos níveis anteriores à guerra.

Nos Estados Unidos, por exemplo, a tributação, que havia chegado a no máximo 17,92% em 1938, a partir de 1950 oscila entre 23 e 29% até os dias atuais, conforme se depreende do primeiro gráfico sobre as receitas de impostos. Os gastos com educação, por exemplo, crescem 1,12% entre 1950 e 1960, e seguem crescendo ao longo da década de 1960 até atingir um aumento acumulado durante todo o período de quase 3% no ano de 1971, conforme se viu na imagem 3. Já os gastos com saúde elevavam-se menos de 1,5% entre o pós 2ª GM e o início dos anos 1970, como se nota da imagem 4.

Esses são números que se tornam menos importantes quando comparados ao aumento de gastos do governo estadunidense com armas antes e depois da Guerra, como explicitou Mandel (1972).

Imagem 5: Gastos Militares nos Estados Unidos em percentual do PIB



Fonte: MANDEL (1972, p. 194)

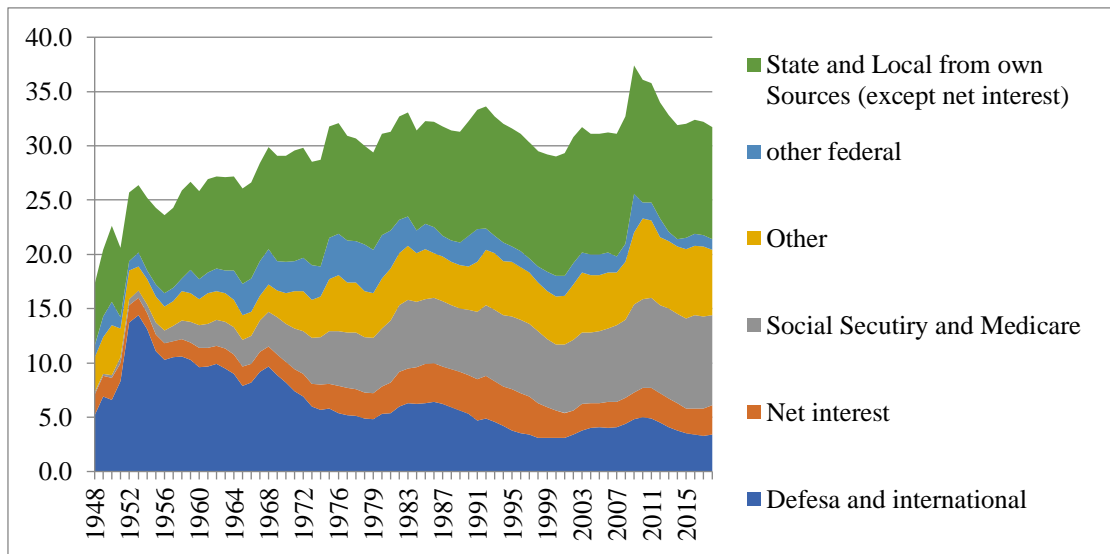
Como se observa do gráfico acima, os gastos militares estavam na ordem de 2,7% do PIB em 1940, antes dos EUA entrar na guerra. Com o fim da 2ª Guerra Mundial, chegaram a representar 4,3% do PIB americano, em 1948. A partir de 1949, os gastos começam a crescer, e entre 1951 e 1953 houve um aumento significativo, chegando os gastos militares em aproximadamente 13,5% em razão da Guerra da Coreia, conforme já fora mencionado no tópico anterior. A partir de 1955, há uma relativa estabilização dos gastos militares em aproximados 10%, que perdura até 1963. Entre 1964 e 1966, há uma ligeira queda e, em seguida, retoma o crescimento, encerrando os anos 1960 em 9% no ano de 1969. Nota-se que os gastos militares sequer se reaproximaram dos patamares de aproximadamente 2% registrado antes da guerra, ao longo dos chamados “anos durados”, destacando para a presente análise a elevação de cerca de 7% no período acumulado.

A teoria de Keynes pode ter aberto assim os caminhos para uma Economia de Guerra. Nesse sentido, deve se destacar que, por óbvio

não era essa a intenção de Keynes, um crítico reconhecido das guerras, porém, nesse caso, "o feitiço se volta contra o feiticeiro". As suas propostas clássicas para o capitalismo escapar do problema constante da recessão, estagnação e subconsumo, como a intervenção do estado para estimular e gerar a demanda efetiva, encontram na guerra, ou em suas ramificações (corrida armamentista, militarismo), um meio técnico/instrumental quase que perfeito para se atingir tais objetivos. Parece paradoxo, mas a história mostra que as décadas chamadas Keynesianas (50, 60) foram marcadas pela origem de uma corrida armamentista e um militarismo espetacular nos países centrais, principalmente nos EUA. Só para ilustrar, na década de 60 a indústria da defesa despejava cerca de \$45 bilhões de dólares anuais em mais de cinco mil comunidades; mais de oito milhões de norte-americanos, abrangendo quase 10% do total da força de trabalho, ganhavam a vida com as despesas da defesa. Mais especificamente, no ano de 1968, o orçamento federal destinava \$79,788 bilhões de dólares (ou 42,9%) para gastos em defesa nacional; isso chegava cerca de 9 a 10 por cento do PIB da época. É como se Keynes tivesse identificado o incêndio e as suas causas, e as pessoas responsáveis em apagá-lo descobrissem no fogo a solução para o problema (muitos incêndios são apagados queimando-se todo o oxigênio do local de uma vez só, e, para se fazer isso, a melhor forma é uma grande explosão). (DAMIANI, 2004, p. 16)

Portanto, a partir do que fora exposto, sustenta-se que os méritos pelos “benefícios” econômicos da distribuição de renda durante o chamado *welfare state* na verdade deveriam ser concedidos à economia de guerra, ao menos nos Estados Unidos, a maior potência econômica do período e objeto da presente análise. Para que fique ainda mais claro o que ora se sustenta, o gráfico abaixo retrata a grande relevância dos gastos com armas no orçamento do governo estadunidense.

Imagem 6: Gastos do Governo por tipo de dotação



Dados do *Office of Management and Budget*¹⁰

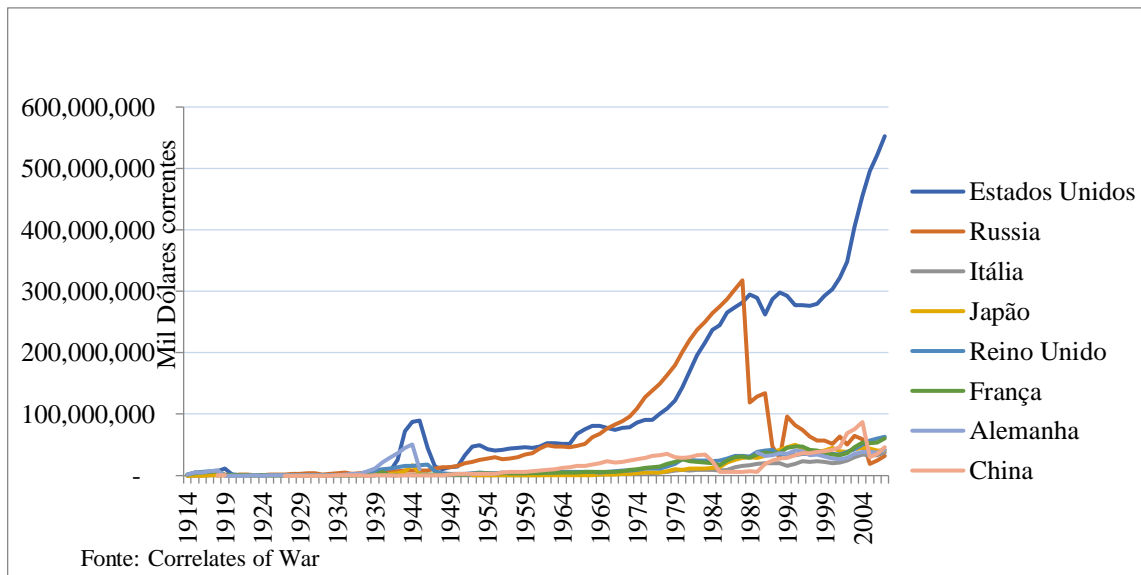
Na verdade, este gráfico revela que os gastos militares vão perdendo seu papel predominante nos gastos do governo à medida que outros gastos aumentam, somente no fim dos anos 1960. Durante quase todo o período dos chamados “anos dourados” as despesas em defesa foram predominantes. Isso corrobora com a seguinte comparação proposta por Harman:

Comparing the post-war and the pre-war economy was like comparing the hare and the tortoise of Aesop's fable. The pre-war economy bounded forward at great speed - and then stopped short, out of breath. The post-war economy, 'burdened' by the waste of huge arms expenditure, moved forward more slowly, but did not stop short in the same abrupt way. Its rate of profit was not forced down, and so it could continue going forward, year after year, decade after decade. (HARMAN, 1984, p. 82)

No que tange aos gastos militares, obviamente que não se quer aqui afastar as determinantes políticas do período em tela. Muito pelo contrário, a forte disputa militar e ideológica com a União Soviética de fato forçou os americanos a gastarem mais com armas e a elevarem um pouco seus gastos em serviços públicos. Mesmo assim, o mero argumento por disputa imperialista não explicaria o porquê de os gastos militares estadunidenses terem reduzido ao longo dos anos 1970 em relação aos gastos militares soviéticos, que só cresceram no período, conforme se vê da imagem a seguir.

¹⁰ Disponíveis em: <<https://www.whitehouse.gov/omb/historicaltables/>>. Acesso em: 22 abr 2019. Elaboração do autor.

Imagem 7: Gastos militares por país em dólares constantes¹¹



O gráfico acima mostra que os americanos gastaram muito mais que os soviéticos no início dos anos 1950, revelando o grande empenho dos EUA na guerra da Coreia. Os dados demonstram que a curva do gasto americano acompanhou a curva dos gastos soviéticos até o final dos anos 1960. A partir de 1970, há uma redução dos gastos norte-americanos, que só recupera o crescimento no final desta década. Os soviéticos por sua vez mantêm a linha ascendente de gastos até sua derrocada em 1991.

Retomando o período em análise neste tópico, o assim chamado “*welfare state*” (ou estado do bem-estar social) teve menor relevância do que o Keynesianismo Militar na conjuntura estadunidense dos assim chamados “anos dourados” do capitalismo. Dada as características do armamento em sua forma mercadoria, os gastos com armas atuaram como uma forma de desvio de forças produtivas para o desperdício em bens de destruição, adiando problemas com superprodução e atenuando a queda da taxa de lucro. Ou seja, até mesmo aquele período considerado “dourado” só foi possível em uma conjuntura política de guerra fria conjugada com o apetite destrutivo – seja de ordem física ou meramente financeira – do capital. O limite desse modo de atuação destrutivo do capital ficará mais claro quando se observar como isso se deu no período de crise a partir dos anos 1970.

¹¹ Disponível em: <https://ourworldindata.org/financing-healthcare#when-did-the-provision-of-healthcare-first-become-a-public-policy-priority>

3 O gasto militar a partir dos anos 1970 na economia estadunidense frente ao assim chamado neoliberalismo

O adensamento de um complexo industrial-militar (CIM) e sua participação decisiva em aspectos políticos de disputa por hegemonia entre os blocos socialista e capitalista durante a guerra fria é um fenômeno incontestável. O que escapou – e até hoje escapa – a muitos autores foram as determinantes econômicas do CIM. A tarefa que se põe neste texto é examinar qual foi a dinâmica dos gastos militares neste período, para compreender como tais determinações econômicas e suas tendências atuaram na realidade.

Neste tópico, o objetivo será apresentar o papel desempenhado pelo militarismo em sua função econômica na passagem do *welfare state* (Estado de bem-estar social) para o neoliberalismo nos EUA. Logo, é preciso expor desde o período da crise do Estado de bem-estar social ao longo dos anos 1970 até a implementação da política conhecida como neoliberal, já nos anos 1980, período este protagonizado nos Estados Unidos pela figura do seu presidente Ronald Reagan, que governou o país de 1981 a 1989.

Os anos da década de setenta são marcados por uma queda da taxa de lucros, que o militarismo por suas limitações intrínsecas não poderia mais resolver, em que pese a financeirização surgir como alternativa nesse cenário como forma de redistribuir o dividendo entre os capitalistas, e cumprindo a função que o militarismo vinha exercendo ao longo dos anos 1970 de evitar as crises de superprodução.

Após a década de crise nos anos 1970, o neoliberalismo surge como alternativa ideológica ao enfrentamento da crise, marcando uma ofensiva da burguesia, traduzida na redução de custos com a reprodução da classe trabalhadora. Na retórica neoliberal, trata-se de buscar oferecer liberdade para o desenvolvimento das capacidades empreendedoras, cabendo ao Estado apenas garantir que isso seja possível por meio do direito à propriedade privada, livres mercados e livres comércios, devendo ter então um papel bastante reduzido em relação ao que fora o *welfare state*. Nesse contexto, Harvey (2008) indicará que caberá ao Estado

Estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo (...). (HARVEY, 2008, p. 3)

Harvey é um autor fundamental, mas sua análise tem uma insuficiência decorrente de seu politicismo. Em “Neoliberalismo: história e implicações”, texto de onde se retirou a citação supra, o autor faz importantes contribuições, expondo as mudanças na configuração da burguesia estadunidense, e as razões decorrentes da luta de classes para o avanço sobre os direitos da classe trabalhadora. O autor britânico trará dados a partir das contribuições de Duménil e Lévy:

Gérard Duménil e Dominique Lévy, depois de uma cuidadosa redistribuição dos dados, concluíram que a neoliberalização foi desde o começo um projeto voltado para restaurar o poder de classe. Depois da implementação de políticas neoliberais no final dos anos 1970, a parcela da renda nacional do 1% mais rico dos Estados Unidos disparou, chegando a 15% (bem perto de seu valor pré-Segunda Guerra Mundial) perto do final do século. O 0,1% mais rico dos Estados Unidos aumentou sua parcela da renda nacional de 2% em 1978 para mais de 6% por volta de 1999, enquanto a proporção entre a compensação mediana dos trabalhadores e o salário dos CEO s (Chief Executive Officer) passou de apenas 30 para 1 em 1970 a quase 500 para 1 por volta de 2000. (HARVEY, 2000, p. 17)

Essas contribuições de Duménil e Lévy apresentadas por Harvey (2008) são fundamentais para compreender o que de fato significa o neoliberalismo e destruir a sua retórica. No entanto, determinações de ordem econômica não aparecem neste texto, ou quando mencionadas, apresentam-se apenas como um movimento em paralelo ao político e não com a devida articulação ao todo complexo.

Deve ser sublinhado que o texto supramencionado possui menos de 40 páginas, mas mesmo em obras onde teve maior espaço para tratar dessas questões ainda lhe faltou o cuidado na articulação dos fenômenos político e econômico. Isso é o que ocorre com o seu conceito de acumulação por espoliação tratado em sua obra o “Novo Imperialismo” (2004), onde o militarismo estadunidense tem função fundamental para tal tipo de acumulação. Relembremos as palavras do próprio autor

uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos. O termo-chave aqui é, no entanto, excedentes de capital. O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. (HARVEY, 2004, p. 124)

O militarismo estadunidense seria um instrumento para apossar-se desse capital excedente, e nisso ele não está errado. Ocorre que essa não é a única função do militarismo estadunidense e negligenciar isso o fará equivocar-se ao analisar as consequências econômicas do conflito do Vietnã, por exemplo:

Os crescentes custos do conflito militar no Vietnã, quando associados à regra de ouro do consumismo doméstico interminável — uma política de “armas e manteiga” [slogan do presidente Johnson] —, mostraram-se de impossível manutenção, dado que os gastos militares fornecem apenas canais de curto prazo para o capital excedente e pouco contribuem para o alívio de longo prazo das contradições internas da acumulação do capital. O resultado disso foi uma crise fiscal do Estado desenvolvimentista no interior dos Estados Unidos. (HARVEY, 2004, p. 57)

Quanto à afirmação de que os gastos militares fornecem apenas canais de curto prazo para o capital excedente ele está correto e é fato também que os gastos em questão pouco contribuem para o alívio de longo prazo das contradições internas de acumulação do capital. Contudo, nesta segunda assertiva, é imperioso fazer algumas ressalvas.

Como toda contratendência sob a égide do capital, o militarismo não poderá barrar as suas tendências, mas, no máximo, frear, desacelerar. Pelo que se viu até o presente momento, nota-se que, ao passo que os gastos com armas podem até atuar de modo relativamente positivo sobre a taxa de lucros, isso não poderá ocorrer sem as limitações impostas pelo próprio ciclo de acumulação capitalista. Nesse sentido, sendo os gastos com armas um agente que contribui para a retirada do excedente econômico da reprodução da força de trabalho, o que terá por consequência o adiamento de uma crise de superprodução, ele só pode fazer isso às expensas de altas cargas tributárias impostas sobre os ombros da própria classe trabalhadora, enfraquecendo o consumo. O que Harvey chama de crise fiscal, parece mais preciso descrever como uma forma encontrada pelos capitalistas para organizar a produção, com vistas a resolver os problemas a ela inerentes por meio do Keynesianismo militar.

É por isso que o tema trazido no presente texto é da mais absoluta importância para compreender a função econômica que pode ser exercida pelo militarismo e como isso se deu no período em análise. Não se pode entender a ofensiva neoliberal sobre o welfare state sem entender o papel do militarismo nesse período, por consequência não se pode reduzir o militarismo a mero ator político como faz Harvey, como se pode depreender do trecho a seguir:

a sobrevivência econômica das indústrias da defesa requeria uma florescente atividade de exportação de armamentos. Isso veio ter um papel fundamental na acumulação de capital norte-americana, mas também resultou na excessiva militarização do resto do mundo. (HARVEY, 2003, p. 57)

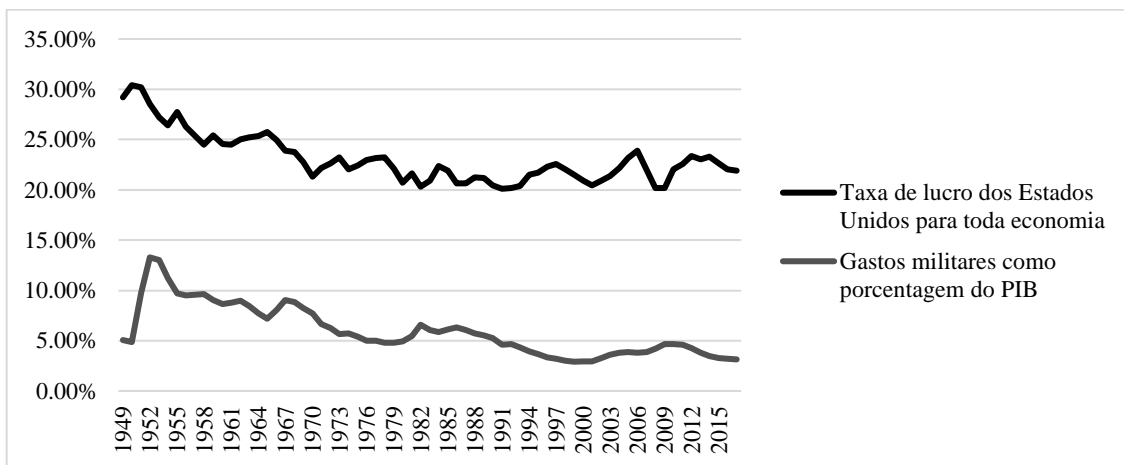
Reduzir o aumento da comercialização de armas à mera luta por sobrevivência das indústrias de defesa toca apenas a superfície da questão. Trata-se de uma análise que deixa escapar aquilo que está na essência dos gastos militares, que é a sua íntima relação com o regime de acumulação. A disputa política por controle de mercados é um fenômeno que se põe apenas na aparência.

Então, para entender como se deu a ofensiva neoliberal após um período de *welfare state*, não se pode deixar de expor a relevância dos gastos com armas (bens de destruição) nesse período.

Viu-se no tópico 1 que os gastos com armas podem até representar um escoamento de valores para um setor que não produz nem bens de consumo e nem bens de produção e, por isso, aumenta o mais valor extraído da sua produção sem que com isso aumente o valor da força de trabalho. No entanto, viu-se também que essa capacidade é limitada pelo pauperismo da classe trabalhadora que, nesse caso, decorre do fato de se direcionar forças produtivas para bens de destruição, impondo sobre os ombros da classe trabalhadora o fardo de pagar por esse emprego em forças destrutivas.

Posto isso, cabe demonstrar como essa função do armamento operou na realidade, impactando as taxas de lucro e as suas implicações na passagem do *welfare state* para o neoliberalismo.

Imagem 8: Relação entre gastos militares e taxa de lucro nos EUA



Fonte: Taxa de Lucro – dados retirados do BEA e calculadas pelo método do Michael Roberts. Gastos militares – dados retirados do site do SIPRI. Elaborado pelo autor

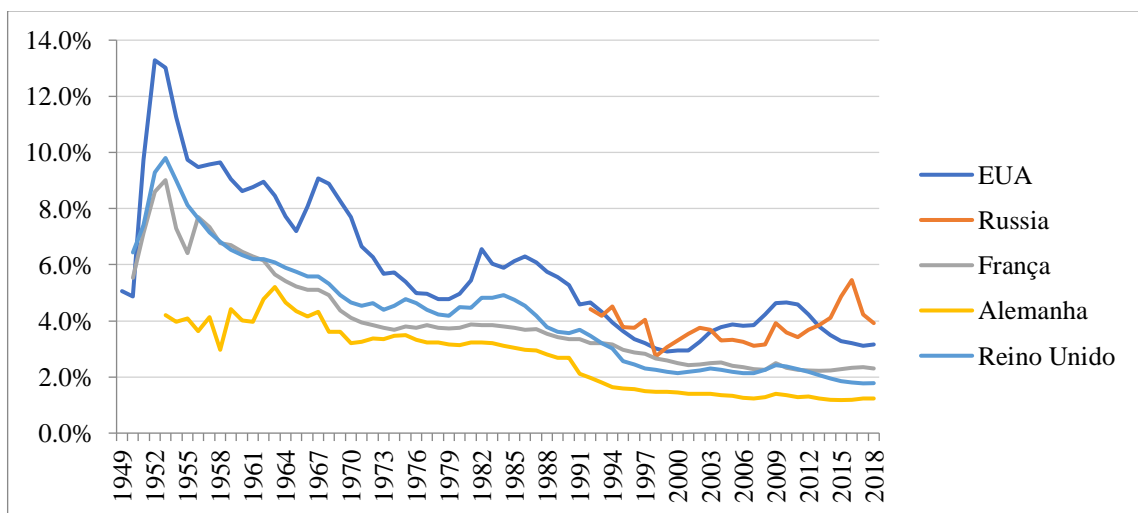
Observa-se do gráfico acima que os gastos militares atuam em um movimento caudatário em relação à taxa de lucro. Em outras palavras, o que se quer destacar é que sempre que há uma queda da taxa de lucro, ocorre um aumento dos gastos militares em seguida, que por sua vez dá ensejo à recuperação nas taxas de lucro. Os dados revelam então a precisão da tese de Gill (2007):

Com efeito, não se pode esquecer que cada crise pela qual a economia mundial passou no decorrer do século XX, só pode ter sido superada pela retomada das despesas militares, pela recorrência à economia do armamento, à economia de guerra ou à própria guerra. Este fenômeno que a priori parece inusitado, é ao contrário, perfeitamente normal na economia capitalista, como explica a teoria marxista do valor e das crises: de fato, cada crise, pela destruição do valor que ela provoca, cria as condições de retomada da atividade econômica, restaurando as condições de rentabilidade que lhe são necessárias. (GILL, 2007, p. 33)

Será demonstrado então que esse movimento guarda relação congruente com o movimento de passagem do *welfare state* (Estado de bem-estar social) ao neoliberalismo. De antemão, cabe retomar o que foi exposto no tópico 2, onde vimos que durante o período que se conhece como Estado de bem-estar social – os assim chamados “anos dourados” do capitalismo – gastou-se mais com armas do que efetivamente com serviços públicos (tais como saúde e educação) para a classe trabalhadora. O fim desse período é marcado por uma queda da lucratividade, acompanhada por uma subsequente estagnação econômica por todo os anos 1970.

Assim sendo, tendo em conta esse movimento caudatário dos gastos militares em relação à taxa de lucro nos Estados Unidos, expõe-se a participação dos gastos militares no PIB (produto interno bruto) de algumas das maiores potências bélicas do planeta, para que fique claro o comportamento destes gastos e a estratégia estadunidense para enfrentar as crises econômicas.

Imagem 9: Gastos militares em percentual do PIB de cada país¹²



Tendo como parâmetro o PIB de cada país, nota-se que os gastos militares apresentam uma curva decrescente com pouquíssimas oscilações desde os anos 1970 na França, Alemanha

¹² Dados disponíveis em: <https://www.sipri.org/databases/milex>. Elaborado pelo autor.

e Inglaterra, porém com um pouco mais de oscilações neste último país. Os EUA também apresentaram uma curva decrescente ao longo dos anos 1970, havendo um pequeno acrise nos gastos militares durante a administração Reagan, e a partir de 1988 volta a cair. Os gastos militares que vinham decrescendo ao longo dos anos 1970, chegando a 4,8% do PIB americano em 1978, já no segundo ano do governo Reagan chega a 6,6% do PIB, um aumento de 1,6% em relação ao último ano da administração anterior. O mesmo aumento de gastos parece ocorrer entre os anos de 1982 a 1985, durante administração de Thatcher na Inglaterra, porém de modo bem mais suave. O aumento atingiu 0,7% do PIB se comparado com o período anterior à administração da “Dama de Ferro”. O mais interessante é que governos tidos como neoliberais, na verdade apresentaram uma solução que é velha conhecida do capital desde a Alemanha Nazista, e também já aplicada durante os anos dourados nos Estados Unidos, como se viu no capítulo anterior, qual seja: elevar os gastos do governo com armas. Veja que

Apesar da retórica anti-governamental da administração Reagan, o tamanho do setor público aumentou (e não diminuiu) substancialmente durante os anos Reagan. Descontando a inflação, o governo federal gastou 30% mais em 1985 do que em 1980. E esse crescimento não foi devido ao aumento dos empregos públicos federais (que na verdade diminuíram durante os anos Reagan) ou às transferências sociais muito maiores, mas sim, ao aumento dos subsídios e da compra de bens e serviços. Esse aumento foi possibilitado pela transferência sem precedentes de fundos federais do setor social para o militar, e por um enorme aumento no déficit federal. Desde 1980 o orçamento da defesa dobrou (...). Este crescimento dos gastos militares foi possibilitado, em grande parte, por reduções nos gastos sociais. Entre 1982 e 1985, os gastos militares aumentaram em 90 bilhões de dólares, ao passo que os gastos sociais sofreram um corte de 75 bilhões de dólares. (...) De 1980 a 1985 a aquisição de armamentos aumentou em 100%, a pesquisa em 80% e a construção militar em mais de 90%. Os gastos com o pessoal aumentaram em apenas 13%. (NAVARRO, 1988)

Observa-se então que o neoliberalismo não significou uma redução do papel interventor do Estado na economia. O que ocorreu durante o Governo Reagan foi um redirecionamento dos gastos estatais da área social para o militarismo, mantendo-se os gastos estatais no mesmo patamar.

A diferença de atuação dos gastos militares no *welfare state* e no neoliberalismo é que, no primeiro, esses gastos atuaram para atenuar a queda da taxa de lucros, enquanto que, no segundo, serviu como um instrumento de avanço sobre os gastos sociais (SANTOS, 2021), dada as condições de estagnação e, portanto, pouco excedente, da economia estadunidense nesse segundo momento da presente análise.

Após este período, os gastos com armas nos Estados Unidos voltam a apresentar um decréscimo a partir do fim do mandato de Reagan, posto que já havia cumprido sua função de rebaixar os gastos com reprodução da força de trabalho. Esta diminuição se acentuará ainda

mais após a queda do muro de Berlim em 1991, chegando ao menor índice histórico de gastos militares em relação ao PIB desde o final da 2ª GM, porém voltará a crescer ao longo dos anos 2000, mas este período já não faz mais parte da presente análise.

O que deve ser destacado deste tópico é que a retórica neoliberal de redução do intervencionismo estatal não condiz com os dados estudados; que o *welfare state* e o neoliberalismo tem em comum o intervencionismo estatal na economia por meio dos gastos militares; e que uma crítica consistente à passagem do *welfare state* para o neoliberalismo não pode deixar escapar a função econômica do militarismo.

4 Considerações finais

O aumento dos gastos militares e sua participação decisiva na economia estadunidense é um fenômeno que escapou a muitos autores e análises politicistas conduziram a conclusões equivocadas. De um lado, há aqueles que remontam a um certo saudosismo de um período supostamente dourado do capitalismo marcado por um estado de bem-estar social, que na verdade só foi possível em meio a uma lógica destrutiva. Por outro lado, há os que deixam de indicar o papel dos gastos com armas sobre o avanço dos gastos sociais no neoliberalismo por não conhecer a função econômica do militarismo ou de então reduzi-la a mero ator político.

Por tudo que fora exposto, nota-se que é possível observar que, de fato, as determinações políticas guardam profunda relação com o quanto é gasto com militarismo. Entretanto, esta mera constatação é insuficiente para compreender toda a complexidade envolvida na dinâmica. As determinações políticas podem explicar porque os gastos militares foram elevados durante a guerra fria, mas não explica a redução ao longo dos anos 1970 e o aumento suave ao longo dos anos 1980.

O fato é que tendencialmente os gastos militares servem à necessidade de destruição e desperdício inerentes ao próprio metabolismo do capital, seja para evitar crises de superprodução ou para avançar sobre os gastos sociais, quando exerce sua função eminentemente econômica, seja para destruir fisicamente capitais, quando as armas cumprem sua função precípua, propiciando um novo ciclo de acumulação e crescimento.

Não se pode desprezar que circunstâncias políticas podem sim operar sobre a lógica dos gastos com armas, impulsionando-os ou diminuindo o seu ímpeto. O mérito desse texto definitivamente não consiste em afastar as determinações políticas, mas sim em articulá-las devidamente ao todo complexo, a partir da exposição de um fenômeno pouco tratado na

literatura, mas de grande relevância, tanto no *welfare state*, quanto no neoliberalismo, que foi a função econômica do militarismo nesses dois períodos distintos da história.

No primeiro momento, frente a uma economia pulsante durante os assim chamados “anos dourados”, o *welfare state*, os gastos militares foram importantes na sua função de desperdício, desviando forças produtivas para bens de destruição, que não compõem itens necessários para a reprodução da classe trabalhadora. O principal efeito disso foi atenuar a queda da taxa de lucros no período, posto que sua função destrutiva adia os problemas com a superprodução.

No segundo momento trazido no texto, na fase neoliberal, frente a uma economia em crise, os gastos com armas já não podiam representar um desperdício para adiar a superprodução. Tais gastos atuaram então como forma de redirecionamento dos gastos sociais para esses bens de destruição, reduzindo então os custos com a reprodução da classe trabalhadora.

Nota-se, portanto, que tanto no *welfare state*, quanto no neoliberalismo, o desperdício de forças produtivas empregados em armamentos foi fundamental para a acumulação capitalista em ambos os períodos, evidenciando-se a impossibilidade dessa forma de organização do capital de oferecer qualquer alternativa emancipatória para a humanidade, posto que o desperdício e a destruição são inerentes a sua própria dinâmica. Assim, deixa escapar as determinações econômicas da realidade, tal qual a função econômica do militarismo, é um erro na análise que ofusca um correto direcionamento para a ação.

Referências bibliográficas

CHASIN, José. **A Miséria Brasileira**. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

DAMIANI, Daniel Neves. **Economia de Guerra**: Uma análise da relação entre o Complexo Industrial Militar e o Imperialismo na acumulação capitalista. Orientador: Nildo Ouriques. 2004. 86 f. TCC (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

COLÓQUIO CEMARX DO IFCH UNICAMP, IV., 2005, Campinas. O setor bélico norte-americano em sua condição de estímulo econômico. Economia e sociedade o capitalismo contemporâneo: Imperialismo e crise do capitalismo. Campinas: [s. n.], maio 2005.

Disponível em:

<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT3/gt3m4c4.pdf>.

HARMAN, Chris. **Explaining the Crises**. London: Bookmarks, 1984.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

KIDRON, Michael. **Western Capitalism Since the War**. Baltimore: Pelican book, 1970.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. Tradução: Carlos Eduardo Silveira Matos et al. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**, v. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROBERTS, Michael. **Mesuring the rate of profit: profit cycles and the next recession**. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2011/07/29/measuring-the-rate-of-profit-and-profit-cycles/>. Acesso em 27 nov 2022.

NAVARRO, Vicente. Welfare e "keynesianismo militarista" na era Reagan. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, São Paulo, n. 24, p. 190-210, set. 1991.

PIKETTY, Thomas. **Capital in the 21st Century**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

SANTOS, Rafael. **Complexo Industrial-militar e Tecnologia: a inflexão da pesquisa científico-militar estadunidense como gestante da inovação tecnológica após os chamados anos dourado**. Editora: Dialética. Belo Horizonte. 2021.

SIPRI. Stockholm International Peace Research Institute. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>.

USA. **Bureau of Economic Analysis**. Department of Commerce. Washington. Disponível em: <https://www.bea.gov/>.

USA. **Science & Engineering Indicators**. NSF. Washington. Mai. 2018. Disponível em: <https://www.nsf.gov/statistics/2018/nsb20181/assets/nsb20181.pdf>. Acesso em: 27 nov 2022.